

**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA NO
ENSINO SUPERIOR EM
SAÚDE: UM DIAGNÓSTICO
SITUACIONAL E
IMPLICAÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY IN HIGHER EDUCATION IN HEALTH
SCIENCES: A SITUATIONAL DIAGNOSIS AND IMPLICATIONS FOR
INCLUSIVE EDUCATION**

Ciências da Saúde • 04/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791101949](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791101949)

Eliana Marques Gomes da Silva¹

Sheila Moura do Amaral²

Laura Maria Araújo da Silva³

Henrico Batista Peçanha Palhano⁴

RESUMO

A acessibilidade arquitetônica constitui um dos pilares para a efetivação da educação inclusiva no ensino superior, favorecendo o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência. No entanto, barreiras físicas ainda persistem em instituições de ensino, comprometendo a equidade no ambiente acadêmico. Este estudo teve como objetivo analisar a acessibilidade arquitetônica em uma instituição pública de ensino superior localizada na Região Norte do Brasil, por meio de um diagnóstico situacional, discutindo as implicações das barreiras identificadas para a educação inclusiva. Trata-se de um estudo descritivo, observacional, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado mediante inspeção técnica dos espaços físicos, aplicação de checklist fundamentado na ABNT NBR 9050:2020, análise documental e registros fotográficos. Os resultados evidenciaram inadequações relacionadas aos banheiros e vasos sanitários acessíveis, à sinalização arquitetônica e comunicacional, às escadas, corrimãos, iluminação, corredores, áreas comuns e rampas de acesso. Destacou-se, ainda, a inexistência de vasos sanitários adaptados para pessoas com estomias, configurando uma barreira pouco discutida na literatura e com potencial impacto na permanência acadêmica. Conclui-se que o diagnóstico situacional constitui uma ferramenta estratégica para subsidiar o planejamento de ações institucionais voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e ao fortalecimento da educação inclusiva no ensino superior.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Ensino superior; Pessoas com deficiência; Acessibilidade arquitetônica; Barreiras educacionais.

ABSTRACT

Architectural accessibility is one of the pillars for ensuring inclusive

education in higher education, promoting access, retention, and participation of students with disabilities. However, physical barriers persist in educational institutions, compromising equity within the academic environment. This study aimed to analyze architectural accessibility in a public higher education institution located in the Northern Region of Brazil through a situational assessment, discussing the implications of the identified barriers for inclusive education. This descriptive, observational study adopted quantitative and qualitative approaches and was conducted through technical inspection of physical spaces, application of a checklist based on the Brazilian Technical Standard ABNT NBR 9050:2020, document analysis, and photographic records. The results revealed inadequacies related to accessible restrooms and toilet facilities, architectural and communication signage, stairs, handrails, lighting, corridors, common areas, and access ramps. The absence of adapted toilet facilities for people with ostomies was also identified, representing a barrier that has received limited attention in the literature and may affect students' retention and participation in higher education. It is concluded that situational assessment is a strategic tool for supporting the planning of institutional actions aimed at eliminating architectural barriers and strengthening inclusive education in higher education.

Keywords: Inclusive education; Higher education; People with disabilities; Architectural accessibility; Educational barriers.

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade arquitetônica constitui um requisito essencial para a efetivação da educação inclusiva no ensino superior, uma vez que favorece o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência em igualdade de oportunidades. A presença de

barreiras físicas nos ambientes universitários compromete a autonomia, a segurança e o acesso ao currículo, configurando barreiras educacionais que dificultam o pleno exercício do direito à educação.

Apesar dos avanços legais e normativos, estudos nacionais evidenciam que instituições públicas de ensino superior ainda apresentam inadequações estruturais que comprometem a acessibilidade, especialmente em edificações construídas antes da consolidação das normas atuais. Essas limitações afetam de maneira distinta os diferentes grupos de estudantes com deficiência, restringindo a mobilidade, a utilização dos espaços acadêmicos e a participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o diagnóstico situacional representa uma importante ferramenta para identificar barreiras arquitetônicas e subsidiar o planejamento de ações institucionais voltadas à promoção da acessibilidade e da educação inclusiva. A análise sistemática das condições físicas dos ambientes universitários permite reconhecer não apenas as inadequações existentes, mas também estabelecer prioridades para intervenções que favoreçam a permanência estudantil e o acesso equitativo aos diferentes espaços acadêmicos.

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a acessibilidade arquitetônica em uma escola de ciências da saúde de uma universidade pública em Manaus-Amazonas, por meio de um diagnóstico situacional, discutindo as implicações das barreiras identificadas para o acesso, a permanência e a participação acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A literatura destaca que a acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla, envolvendo não apenas adaptações físicas, mas também a eliminação de barreiras que possam comprometer a participação plena das pessoas com deficiência e com necessidades específicas no ambiente universitário. Nesse contexto, a gestão institucional desempenha papel estratégico na implementação de políticas inclusivas, na avaliação contínua das condições de acessibilidade e no planejamento de intervenções capazes de promover ambientes acadêmicos mais equitativos e acessíveis (Mantoan, 2015; Sassaki, 2017).

Sob a perspectiva da educação inclusiva, Mantoan (2015) destaca que a inclusão não depende apenas do ingresso do estudante na instituição, mas da existência de condições que assegurem sua participação efetiva em todas as atividades acadêmicas. Nesse sentido, a acessibilidade arquitetônica constitui um dos pilares para a construção de ambientes universitários verdadeiramente inclusivos.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura a acessibilidade como direito fundamental e estabelece que as instituições de ensino devem garantir condições que promovam autonomia, segurança e dignidade às pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Complementarmente, a ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios técnicos para a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, orientando a eliminação de barreiras arquitetônicas e a promoção do desenho universal (ABNT, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforça que a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais constitui condição essencial para garantir o acesso, a participação e a permanência dos estudantes na educação superior (Brasil, 2008).

A acessibilidade arquitetônica constitui um dos pilares para a efetivação da educação inclusiva no ensino superior, uma vez que influencia diretamente o acesso, a participação, a autonomia e a permanência de estudantes com deficiência e com necessidades específicas. Estudos recentes demonstram que, apesar dos avanços da legislação brasileira, as barreiras arquitetônicas ainda representam um dos principais obstáculos à inclusão no ambiente universitário, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais, do planejamento da gestão universitária e da implementação contínua de ações voltadas à acessibilidade (Costa; Pieczkowski, 2020; Almeida *et al.*, 2025).

Segundo o Ministério da Saúde (2016), o diagnóstico situacional subsidia o planejamento por meio da identificação de problemas prioritários e da definição de estratégias voltadas à melhoria dos serviços. No contexto universitário, sua aplicação possibilita estabelecer prioridades para adequação dos espaços físicos, monitorar avanços e orientar investimentos em infraestrutura acessível.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e observacional, realizado em uma unidade acadêmica da área da saúde pertencente a uma instituição pública de ensino superior localizada na Região Norte do Brasil.

Optou-se pela não identificação nominal da instituição e da unidade acadêmica, com a finalidade de preservar sua identidade institucional diante dos achados relacionados às condições de acessibilidade. O estudo teve como objetivo avaliar a acessibilidade arquitetônica dos espaços físicos institucionais por meio de um diagnóstico situacional, visando identificar barreiras que possam comprometer o acesso, a permanência e a participação acadêmica de estudantes com deficiência.

A coleta de dados foi realizada por meio de inspeção técnica in loco, utilizando um checklist estruturado, elaborado pelos pesquisadores com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2020. Foram avaliados os seguintes aspectos: banheiros acessíveis, sinalização arquitetônica e comunicacional, escadas, corrimãos, iluminação, corredores, áreas comuns e rampas de acesso. Como procedimentos complementares, foram realizados registros fotográficos dos ambientes avaliados e análise documental das condições de acessibilidade identificadas.

O checklist contemplou os principais elementos relacionados à acessibilidade arquitetônica em instituições de ensino superior. Os itens avaliados foram registrados conforme sua conformidade ou não conformidade em relação aos critérios da ABNT NBR 9050:2020.

Os dados foram organizados de forma descritiva, considerando as conformidades e as não conformidades observadas. A interpretação dos achados fundamentou-se na análise das barreiras arquitetônicas e de suas implicações para o acesso, a permanência e a participação acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior.

O estudo integra um projeto de pesquisa mais amplo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob Parecer Consubstanciado nº 8.050.226 e CAAE nº 91902925.6.0000.5016. Para este artigo, foi analisado o eixo referente ao diagnóstico situacional da acessibilidade arquitetônica, com foco na identificação das barreiras físicas e na discussão de suas implicações para a educação inclusiva no ensino superior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Acesso Externo à Instituição

O diagnóstico situacional evidenciou inadequações nas rampas de acesso, relacionadas à inclinação, largura, ausência de patamares de descanso, corrimãos, guarda-corpos e sinalização tátil, dificultando o deslocamento autônomo de estudantes usuários de cadeira de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida.

4.2. Sinalização e Acessibilidade Comunicacional

Em relação à sinalização arquitetônica e comunicacional, constatou-se a ausência de placas táteis, visuais e direcionais padronizadas, dificultando a orientação espacial e a circulação autônoma, especialmente para estudantes com deficiência visual, deficiência intelectual e dificuldades de orientação em ambientes coletivos.

4.3. Circulação Interna

Nos corredores e áreas comuns, identificou-se iluminação ineficiente em determinadas áreas, ausência de piso tátil, ausência de placas de alerta e inexistência de sistemas de orientação espacial em áreas de

circulação coletiva, comprometendo a segurança e a autonomia acadêmica dos estudantes com deficiência.

Quanto às escadas, observaram-se a ausência de sinalização tátil nos primeiros e últimos degraus e corrimãos com altura, continuidade e padronização inadequadas, ampliando o risco de acidentes e dificultando o deslocamento seguro entre os diferentes pavimentos da instituição.

4.4. Banheiros Acessíveis

No que se refere à acessibilidade dos banheiros, foram identificadas a ausência de duchas higiênicas, de barras de apoio, espaço reduzido para manobras e inexistência de banheiros com vasos sanitários adaptados para pessoas com estomias. Essas inadequações comprometem condições básicas de higiene, privacidade e dignidade, impactando diretamente a permanência prolongada de estudantes com deficiência e de pessoas com necessidades específicas de saúde no ambiente universitário.

4.5. Síntese dos Principais Achados

De modo geral, o diagnóstico situacional evidenciou a presença de barreiras arquitetônicas em diferentes ambientes da escola de ciências da saúde, configurando obstáculos relevantes ao acesso, à autonomia, à participação nas atividades acadêmicas e à permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.

As principais inadequações identificadas envolveram o acesso externo à instituição, a sinalização arquitetônica, a circulação interna, as escadas e os banheiros acessíveis, demonstrando que, apesar dos avanços promovidos pela legislação brasileira e pelas normas

técnicas de acessibilidade, ainda persistem desafios para a efetiva implementação de ambientes universitários plenamente inclusivos.

Figura 1. Síntese das barreiras arquitetônicas identificadas no diagnóstico situacional.



Fonte: Elaborada pelos autores com recursos da IA, com base no diagnóstico situacional realizado segundo os critérios da ABNT NBR 9050:2020.

4.6. Discussão

Os resultados deste estudo corroboram as evidências de Costa e Pieczkowski (2020) e Almeida *et al.* (2025) ao demonstrarem que ainda persistem inadequações estruturais em diferentes ambientes da instituição avaliada, como acesso externo, sinalização, circulação interna, escadas e banheiros acessíveis. Tais achados evidenciam que a existência de normas legais e técnicas, por si só, não garante a eliminação das barreiras arquitetônicas, sendo necessária a implementação de ações permanentes de monitoramento, planejamento e adequação dos espaços físicos.

Com base nos achados desta pesquisa e em diálogo com a literatura científica, a discussão foi organizada em três eixos temáticos: (1) barreiras arquitetônicas e autonomia no ensino superior; (2) acessibilidade dos banheiros e necessidades específicas de saúde; e (3) o diagnóstico situacional como instrumento para a gestão da educação inclusiva. Essa organização permitiu aprofundar a interpretação dos resultados à luz das evidências científicas e do arcabouço normativo vigente.

4.6.1. Barreiras Arquitetônicas e Autonomia no Ensino Superior

Os resultados deste estudo evidenciaram que as barreiras arquitetônicas identificadas não se restringem a elementos isolados da infraestrutura, mas comprometem a mobilidade, a autonomia e a permanência dos estudantes no ambiente universitário. As inadequações observadas no acesso externo, na circulação interna e na sinalização demonstram que a acessibilidade deve ser compreendida como um processo contínuo, envolvendo todos os espaços utilizados pela comunidade acadêmica.

Esses achados estão em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a eliminação das barreiras como condição para assegurar igualdade de oportunidades e participação plena das pessoas com deficiência na vida social (Brasil, 2015). Da mesma forma, o Decreto nº 5.296/2004 e a ABNT NBR 9050:2020 definem parâmetros técnicos destinados a garantir condições adequadas de circulação, segurança e autonomia nos espaços públicos e privados de uso coletivo (Brasil, 2004; ABNT, 2020).

Os resultados também são semelhantes aos encontrados por Pagliuca, Aragão e Almeida (2007), que identificaram barreiras arquitetônicas em instituições de saúde, incluindo inadequações em rampas, escadas, circulação e corrimãos, evidenciando o descumprimento de requisitos técnicos de acessibilidade. Embora o cenário investigado pelos autores seja distinto do ensino superior, ambos os estudos demonstram que a permanência de barreiras físicas continua limitando o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência.

4.6.2. Acessibilidade dos Banheiros e Necessidades Específicas de Saúde

Entre os aspectos avaliados, os banheiros acessíveis apresentaram fragilidades que merecem destaque. A ausência de barras de apoio, duchas higiênicas, espaço adequado para manobras e banheiros adaptados para pessoas com estomias evidencia que a infraestrutura ainda não contempla integralmente a diversidade de necessidades existentes na comunidade acadêmica.

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios para o dimensionamento e a organização dos sanitários acessíveis, contemplando aspectos relacionados à circulação, transferência, alcance e utilização segura dos equipamentos. A não observância desses parâmetros compromete a autonomia dos usuários e limita o uso independente desses ambientes.

Embora a legislação brasileira tenha avançado na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, os resultados deste estudo demonstram que sua efetivação ainda representa um desafio no cotidiano institucional. Como destaca Sassaki (2017), promover a

inclusão significa eliminar barreiras que restringem a participação social, compreendendo a acessibilidade como um direito e não como uma adaptação eventual.

Um aspecto que merece atenção é a inexistência de banheiros adaptados para pessoas com estomias. Embora essa condição seja pouco explorada em estudos sobre acessibilidade arquitetônica, trata-se de uma necessidade específica de saúde que pode interferir diretamente na permanência prolongada do estudante na universidade. Esse achado amplia a discussão sobre acessibilidade ao evidenciar que ambientes inclusivos devem considerar diferentes perfis de usuários e suas necessidades funcionais.

4.6.3. Diagnóstico Situacional Como Instrumento para a Gestão da Educação Inclusiva

O diagnóstico situacional permitiu identificar, de forma sistemática, as principais barreiras arquitetônicas presentes na instituição, constituindo uma ferramenta relevante para o planejamento de intervenções e para o fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade.

Os achados desta pesquisa demonstram que as barreiras arquitetônicas transcendem a dimensão física, repercutindo diretamente na autonomia, na segurança, na participação e na permanência acadêmica das pessoas com deficiência e com necessidades específicas. Sob essa perspectiva, o diagnóstico situacional deixa de representar apenas um instrumento de avaliação da infraestrutura e passa a subsidiar o planejamento institucional, a definição de prioridades de intervenção e o monitoramento contínuo das ações de acessibilidade. A integração

entre os resultados encontrados, seus impactos, as implicações institucionais e as recomendações para a promoção da acessibilidade arquitetônica é apresentada na Figura 2, sintetizando o modelo conceitual proposto neste estudo.

Figura 2. Integração entre os resultados do diagnóstico situacional, seus impactos e as recomendações para a promoção da acessibilidade arquitetônica no ensino superior.



Fonte: Elaborada pelos autores com recursos da IA, com base no diagnóstico situacional realizado segundo os critérios da ABNT NBR 9050:2020 e da literatura científica sobre acessibilidade e educação inclusiva.

Assim, os resultados deste estudo reforçam que a avaliação sistemática da infraestrutura deve integrar as ações permanentes de gestão universitária. Mais do que atender às exigências legais, a utilização do diagnóstico situacional contribui para o planejamento institucional baseado em evidências, favorecendo a construção de ambientes acadêmicos mais acessíveis, seguros e inclusivos.

A partir dos resultados parciais deste diagnóstico, foi elaborado e encaminhado à gestão institucional um relatório técnico contendo as principais barreiras identificadas e recomendações para sua adequação. Com base nesses achados, a instituição iniciou o processo de adequação dos espaços avaliados, visando à redução das barreiras arquitetônicas e à ampliação das condições de acessibilidade.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo apresenta um diagnóstico situacional da acessibilidade arquitetônica em uma instituição pública de ensino superior da área da saúde e evidencia a existência de barreiras físicas que podem comprometer o acesso, a autonomia, a segurança e a permanência de estudantes com deficiência e com necessidades específicas.

Entre os achados, destaca-se a inexistência de banheiros adaptados para pessoas com estomias, aspecto ainda pouco explorado em estudos sobre acessibilidade no ensino superior. Esse resultado amplia a compreensão da acessibilidade arquitetônica ao evidenciar que diferentes condições de saúde também demandam adaptações específicas para garantir autonomia, privacidade, segurança e permanência no ambiente acadêmico, reforçando a necessidade de ampliar o conceito de acessibilidade para além das adaptações tradicionalmente destinadas às pessoas com deficiência física.

Além de identificar as principais barreiras existentes, o diagnóstico situacional mostra-se uma ferramenta relevante para subsidiar o planejamento institucional, orientar prioridades de intervenção e fortalecer políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior. A

realização periódica deste tipo de avaliação possibilita monitorar as condições de acessibilidade, direcionar investimentos e contribuir para a melhoria contínua da infraestrutura universitária, favorecendo ambientes acadêmicos mais seguros, acessíveis e alinhados aos princípios da educação inclusiva.

Como limitação, este estudo foi realizado em uma única instituição pública de ensino superior, o que restringe a generalização dos resultados para outros contextos. Entretanto, os achados oferecem subsídios relevantes para pesquisas futuras em diferentes instituições e regiões do país, permitindo análises comparativas e a ampliação das investigações para outras dimensões da acessibilidade, incluindo barreiras comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais, bem como a avaliação da percepção dos estudantes acerca das condições de acessibilidade e permanência no ensino superior.

Conclui-se que a eliminação das barreiras arquitetônicas deve ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso permanente das instituições de ensino superior com a promoção da equidade, da inclusão e da qualidade da educação. Os resultados deste estudo reforçam que a acessibilidade arquitetônica constitui um componente estratégico da gestão universitária e da educação inclusiva, contribuindo para a construção de universidades mais equitativas, acessíveis e socialmente comprometidas, capazes de assegurar o direito de acesso, participação e permanência de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lidiane Pires dos Santos Ribeiro de; LAHR, Silvana Lopes Nogueira; GUIMARÃES, Joicy da Fonseca; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PcD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, e0132, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Planejamento em saúde**: diagnóstico situacional e análise de problemas. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e208179, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698208179>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PAGLIUCA, Lia Márcia Frota; ARAGÃO, Antônia Eliana de Araújo; ALMEIDA, Paulo César. Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 581-588, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

¹ Mestre. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas.
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Doutora. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Estudante de Medicina. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁴ Estudante de Odontologia. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

